



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

| S/Referência | S/Comunicação | N/Referência | Data |
|--------------|---------------|----------------|------------|
| S/1081/2023 | 12/04/2023 | Sai-AP/2023/92 | 03/05/2023 |

ASSUNTO: Requerimento n.º 608XII (BE) – “Discussão pública no âmbito do Estudo de Impacto Ambiental da 2.ª fase da variante à cidade da Horta”, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados António Lima e Vera Pires, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, cumpre-me informar V. Ex.ª. do seguinte:

1 - O Governo vai, ou não, cumprir o compromisso, assumido na descrição das reformas e investimentos do PRR na componente 7, de “assegurar que todos os projetos serão objeto de Estudo de Impacte Ambiental”?

Todos os projetos financiados pelo PRR têm de ter um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para assegurar que não há impactes significativos no ambiente e este estudo existe para a Variante a Horta, fazendo parte do projeto de execução, bem como para todos os restantes projetos rodoviários que fazem parte do PRR, investimento C07- i05.

Importa ainda esclarecer que o Procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (Procedimento AIA) efetuado ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A , de 15 de novembro, cuja obrigatoriedade só existe se a obra se encerre em áreas sensíveis, se o traçado da estrada tiver perfil de auto- estrada ou se a via tiver uma extensão superior a 5 Km. A Variante à Horta - 2ª fase não corresponde a uma tipologia dos empreendimentos a sujeitar a um procedimento AIA expostos no artigo 16º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

de 15 de novembro, estando, assim, isenta deste procedimento ambiental. A consulta pública só existe quando estiver integrada no Procedimento AIA. Estando o projeto isento de Procedimento AIA, estará isento de consulta pública.

2 - Caso o Governo insista em não realizar este procedimento, que inclui a discussão pública,

qual a justificação para uma mudança de posição?

Remete-se para a resposta à pergunta anterior.

3 - Caso o Governo cumpra o compromisso de realizar um Estudo de Impacto Ambiental relativo ao projeto da segunda fase da variante à cidade da Horta, quando será iniciado o processo de discussão pública?

Remete-se para a resposta à pergunta n.º 1.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**
Data: 2023.05.03 11:06:53+00'00'

